

ILHA DE CARATATEUA, BELÉM/PA: O NÚCLEO MODELO DE OCUPAÇÃO E AS FORMAS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO*

Maria de Jesus Benjamin da Silva
Departamento de Geografia-FFLCH/USP

RESUMO:

Este trabalho aborda a diversidade do processo de produção e reprodução do espaço urbano. A realidade analisada é a Ilha de Caratateua, que é parte integrante da Região Metropolitana de Belém. Nesta perspectiva, o processo de produção do espaço fundado nas relações de trabalho e através destas, nas relações entre o homem e a natureza, coloca-se como uma relação que deve ser entendida em várias determinações: econômicas, políticas, ideológicas, sociais, culturais, jurídicas e filosóficas, que o integram. Em que medida estes fatores produzem na Ilha de Caratateua um espaço urbano como condição e meio de reprodução da força do trabalho, é nossa preocupação fundamental de análise, a relação capital *versus* trabalho e também as relações sociais neste espaço urbano, verificando a complexidade existente através do crescimento urbano desordenado que produziu e reproduz o desequilíbrio no uso do solo urbano da Ilha.

PALAVRAS-CHAVE:

espaço – urbano – (re)produção – relações – capital

RÉSUMÉ:

Ce travail aborde la diversité du processus de production et reproduction de l'espace urbain. La réalité de l'analyse est l'île de Caratateua, qui s'intègre à la Région Métropolitaine de Belém/PARÁ. Dans cette région et avec cette perspective-là, nous concevons le processus de production de l'espace fondé sur des relations de travail et, à travers ces relations, dans le rapport entre l'homme et la nature, lesquelles doivent être entendues dans ses différentes déterminations: économique, politique, idéologique, sociale, culturelle, juridique et philosophique, qui les intègrent. Dans quelle mesure ces différents éléments produisent en île de Caratateua un espace urbain comme condition et milieu de reproduction de la force de travail, c'est la préoccupation fondamentale de notre analyse. Le rapport entre capital *versus* travail et aussi les relations sociales présents dans cet espace urbain, apparemment désordonné, elles ont produit e reproduisent différentes et inégales utilisation du sol urbain en île.

MOTS CLÉS:

espace – urbain – (ré)production – rapports – capital

O presente estudo procura mostrar alguns aspectos do processo de produção e reprodução do espaço. A questão maior se refere à necessidade de entender como o espaço urbano (re)produz-se e quais as relações sociais que comandam o processo. A realidade a ser analisada neste trabalho é a Ilha

de Caratateua, distrito que pertence à Região Metropolitana de Belém, que está a 35 km da cidade,

* Texto apresentado no 6º Encontro de Geógrafos da América Latina. Buenos Aires/Argentina.

possuindo uma área de 3.182 ha. e com uma população de 15.797 hab.

Para se iniciar um estudo sobre a área metropolitana de Belém, mais especificamente a Ilha de Caratateua, é preciso compreender a geografia da Ilha e a Amazônia, região da qual faz parte e sua inserção no processo de expansão urbana no Brasil, especialmente em Belém.

A grande Belém, como espaço metropolitano, além de centro político administrativo, sempre abrigou as principais atividades regionais de caráter industrial, comercial, serviços públicos, privados, culturais e financeiros, sendo também o ponto de convergência das principais vias de transporte regional. Possui posição estratégica, funcionando como pólo terminal dos eixos rodoviários que ligam o Norte ao Nordeste e ao Centro-Sul do Brasil (Belém-Brasília ou Br 316 a Transamazônica ou Rod. 230). Belém tem se expandido rapidamente em função do crescimento populacional um terço da população do Estado pertence à Região Metropolitana de Belém, e está distribuída em seus bairros, distritos e núcleos habitacionais, que lhe dão especificidade e, ao mesmo tempo, inserem-na no fenômeno urbano mais amplo. Trata-se, sem dúvida, de uma região bastante urbanizada com marcante densidade demográfica.

As novas políticas públicas que nos últimos 30 anos vincularam a Amazônia ao processo de metropolização, também impulsionaram o aparecimento e o rápido crescimento de cidades de expansão capitalista. Estes processos estão inseridos não só na dinâmica da produção do espaço nacional, como também do projeto de mundialização das relações sociais próprias do modo capitalista de produção, as quais se expandem ininterruptamente. As mudanças que ocorreram no território nacional, nas últimas três décadas (60, 70, 80), levaram à reformulação de toda a problemática da urbanização na Região (o processo da urbanização redefinindo o urbano), no País e nos demais países do terceiro mundo. Essas mudanças se referem, em primeiro lugar: à divisão internacional do trabalho e à conseqüente internacionalização da

economia; em segundo lugar, às transformações nos padrões de propriedade e controle do capital; em terceiro lugar, às mudanças na tecnologia da produção, na administração, no comércio e no sistema financeiro.

Nas cidades amazônicas, contudo, não foram criadas as condições gerais necessárias para que este processo se sustentasse. A ocupação do espaço da cidade se deu desordenadamente, sem nenhuma infra-estrutura ou outra exigência de cunho social. A nova ordem estabelecida, a partir da década de 60 e as transformações da economia, da política nacional, ou seja, do modelo de crescimento econômico financeiro brasileiro, com a adoção de estratégias a nível regional, via Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), Banco da Amazônia S/A (BASA), ou através dos Grandes Projetos de Impacto implantados pelo Estado na região, marcaram a atual fase do desenvolvimento de Belém. A viabilização dos Grande Projetos, a qualquer custo, produziram transformações no espaço regional e urbano. Novas exigências se materializaram no urbano para a reprodução da força de trabalho: transportes, escolas, posto de saúde, entre outros.

Em Belém, a questão da moradia começou a se tornar mais séria a partir do momento em que passar a ocupar as terras baixas (*baixadas* ou terrenos alagados ou alagáveis), em virtude do esgotamento das terras altas, ou firme, e dos terrenos vazios, ao longo das rodovias que contornam a cidade ou dela partem. As terras baixas ocupadas foram adquirindo feições de áreas urbanizadas, ou melhor, foram se valorizando enquanto solo urbano, apto para outros usos que não o residencial. A valorização dessas áreas deu lugar ao surgimento de pretensos donos, buscando por todos os meios legais, ilegais e ilegítimos ou legítimos, adquirir seu domínio sobre a terra (propriedade privada). Esta, no mais das vezes, pertencente à municipalidade.

A modificação do perfil urbano foi a conseqüência desse processo.

O solo urbano de Belém, como nas demais cidades capitalistas, proporcionou renda e por isso foi objeto de disputa e apropriação por diferentes grupos privados. A apropriação do espaço urbano, centrada na propriedade privada, na renda e no lucro, impediu as classes trabalhadoras o acesso à moradia, fazendo com que as ocupações crescessem em Belém. Este aumento gerou um crescimento urbano acelerado, que favoreceu a acumulação e a concentração do capital, por um lado, e intensificou a exploração do trabalho, por outro, com todas as consequências sociais. Além do que, também acrescentou o crescimento das periferias.

Belém não possuía infra-estrutura para receber o grande fluxo migratório de pessoas vindas do interior e de outros Estados, que se deslocavam em sua direção, formando um elevado contingente de mão-de-obra pouco qualificada para o trabalho urbano. O crescimento da região estava intimamente ligado às atividades industriais, cujo dinamismo apoiava-se no uso intensivo dos fatores capital e mão-de-obra qualificada. Isto provocou efeitos negativos em termos populacionais e espaciais, com a marginalização dos trabalhadores menos qualificados, acentuando as desigualdades sociais e espaciais.

O Pará, como outros estados da Região, estava passando por processo de expansão, acumulação ampliada e concentração do capital na cidade e no campo. Seus reflexos eram diretos na metrópole regional. Nessa linha de pensamento, é procedente recordarmos Paul SINGER, que assinala: “a organização social assenta sobre a divisão do trabalho. Dela surgem as classes sociais, é a partir dela que definem o *status* e os papéis do indivíduo e dos grupos na sociedade. A divisão do trabalho não condiciona apenas determinadas relações entre indivíduos e os grupos da sociedade, ela também condiciona as relações entre coletividades diferenciadas no espaço” (1977. p. 10).

É importante ressaltar que à medida em que Belém se expandia, em concomitância com as formas, pelas quais seu solo foi ocupado e utilizado pela

população, as terras altas e as áreas alagáveis de seu sítio foram se esgotando. Dessa forma, o crescimento de Belém deu-se em direção ao interior, ocupando os eixos das Rodovias Almirante Barroso, Augusto Montenegro, Arthur Bernardes e distritos próximos, com a tendência de crescimento em direção ao município de Ananindeua, no distrito de Icoaraci e ao seu sub-distrito de Caratateua, ocorrendo a interligação com Belém através do adensamento de ocupações das margens da Br 316. Assim é que, na década de 80, as áreas até então consideradas rurais passaram a fazer parte do espaço da cidade, isto é, da Região Metropolitana.

Dessa forma, entendemos ser esta a origem da cidade, iniciando-se o processo de urbanização, em cuja fase está a constituição da sociedade de classe e, portanto, da divisão do trabalho. Considerando historicamente a divisão social do trabalho, decorrente da separação entre o trabalho intelectual e manual, estamos também considerando a divisão territorial do trabalho, que se expressa na divisão do trabalho entre a cidade e o campo. Neste sentido, não é possível conceber a cidade sem oposição ao campo. É necessário distinguir aquela deste, mas a partir de uma concepção dialética, que ressalte a unidade cidade-campo, urbano-rural, revelando a um só tempo o seu caráter contraditório e, portanto, de oposição, mas também de complementaridade; complementaridade esta que realiza a articulação de ambos a uma dada divisão do trabalho. Lefebvre assim se referiu: “a cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem as instituições oriundas das relações de classe e de propriedade (...). A cidade se transforma não apenas em razão dos *processos globais* relativamente contínuos (tais como o crescimento da produção material no decorrer das épocas, com suas consequências nas trocas no desenvolvimento da racionalidade), mas também em função das modificações profundas no modo de produção nas relações *campo-cidade*” (LEFEBVRE, 1979: 52-53).

Historicamente, Outeiro ou Ilha de Catarateua, como é conhecida hoje, teve o seu pri-

meiro momento de ocupação oficial no final do século XIX, com a instalação do Núcleo Modelo de Colonização. A Ilha foi escolhida por dois motivos: pela proximidade com a capital, Belém, e possuir um *porto* estratégico. O Núcleo Modelo de Colonização serviu de base para hospedar imigrantes estrangeiros que vinham trabalhar na Estrada de Ferro Belém/Bragança. Até o início da década de 70, a Ilha era considerada área rural do distrito de Icoaraci.

Importa ressaltar que os *núcleos* tidos como modelos assumiram um papel estratégico para as políticas de colônias, como instrumento/meio de dominação¹ e tiveram seu percurso na história da colonização. Consta que mesmo antes da chegada dos primeiros imigrantes, a Ilha já contava com uma pequena população, formada por lavradores, pescadores e nativos que construíam suas casas de taipa nos arredores do núcleo inicial. Viviam com suas famílias, de uma pequena agricultura de subsistência, utilizando-se de técnicas agrícolas, rudimentares em sua maioria (o corte do mato, a queimada, arado a tração animal e instrumentos agrícolas manuais), da pesca e da caça para sobreviver. Portanto, nessa época, já existia uma estrutura fundiária nos arredores do núcleo, marcado por casas, sítios chalés e hospedarias e começavam a dar lugar a uma nova forma de ocupação do espaço, fragmentando as propriedades e posses em pequenos lotes; esta nova forma de ocupação e uso da terra atendia à funcionalidade do núcleo.

Saliente-se que a produção do espaço pressupõe um movimento historicamente determinado, que implica na própria produção da sociedade. Cada

transformação ocorrida no processo civilizatório produz espaços diferenciados desiguais. O espaço não é um produto qualquer, mas um produto das relações concretas do homem em sociedade e com a natureza no transcurso de seu processo de humanização. Este processo ocorre a partir da prática sócio-espacial que o homem vai construindo ao longo do processo histórico.

Neste sentido, na expansão da ocupação e uso do solo, Caratateua é estiolada apesar de sua pequena população. Em 1902, o desarticulado povoado apresentava inexpressivo número de habitantes. Portanto, o Núcleo Modelo não representou nenhum interesse ou não apresentou nenhum atrativo para que o governo justificasse melhor administração. Em 1902, houve a emancipação das colônias existentes no Estado e Caratateua ficou entregue à sua própria sorte.

Cada época histórica se distingue da outra pela forma como os homens constroem geograficamente seus modos de vida e seus espaços. Nos elementos da paisagem revelam-se os dados básicos do modo de vida que se plasmaram na Ilha. Por muito tempo, precisamente de 1910 até a década de 70, a Ilha ficou no esquecimento da história oficial. Nessas seis décadas dominou o modo de vida camponês, com base no trabalho familiar sobre a terra, para o plantio culturas de subsistência (mandioca, milho, feijão e algumas hortaliças), que abasteciam os ilhéus e alguns moradores do distrito de Icoaraci. Por possuírem baixos níveis de renda viam nessas culturas e seus excedentes uma alternativa de sobrevivência. Por volta de 1970, inaugura-se um segundo momento de ocupação da Ilha de Caratateua. A relação mercantil travada entre a cidade e o campo se reestrutura para ganhar um novo caráter. Por algum tempo, a Ilha e sua população permaneceu predominantemente rural. É justamente devido a esse caráter rural que ela passou então a ser submetida por um processo de apropriação e especulação imobiliária.

A ocupação desordenada da Ilha de Caratateua foi acelerada a partir da década de 80, quando um grande contingente de pessoas sem moradia em Belém e

¹ O Núcleo Modelo de Colonização é criado pelo Governo paraense na Ilha de Outeiro (hoje Caratateua com o objetivo de higienizar e hospedar imigrantes que se destinavam às colônias agrícolas da região Bragantina do Estado do Pará. Os colonos imigrantes antes de se dirigirem às colônias, passavam por um período de quarentena no Núcleo Modelo, era uma maneira de higienizá-los contra as possíveis doenças trazidas de seu país.

uma elevada concentração de migrantes, principalmente oriundos de outras partes da região, demonstra que a questão habitacional era relevante para que essa população se fixasse na capital. Essa grande mobilidade espacial da população, por certo, provocou mudanças substanciais no urbano. As contradições sociais no interior da sociedade paraense intensificaram-se rapidamente, e de tal forma, que o inchaço de Belém é um de seus efeitos e móvel, onde se observa a intensa expansão da periferia e dos distritos.

Assim, efetiva-se a expulsão dessa população de baixa renda (portanto, sem acesso ao mercado formal de bens), para os bairros considerados longínquos, na medida em que para lá só restava a alternativa de realizar ocupações clandestinas em terrenos não autorizados.

A questão fundiária urbana da Ilha é reflexo direto do rápido crescimento de Belém, que tem sido trabalhado apenas como um problema de espaço físico e não como uma questão social. O Estado, em nível local, tem se pautado na alteração do atual processo de ocupação territorial, de duas formas: diretamente, através do remanejamento da população, ou indiretamente, através da urbanização.

Observa-se assim que o processo de ocupação desordenado da Ilha ampliou o universo da especulação fundiária urbana, que não se faz presente só na área central da mesma, mas também se deu com imenso vigor no interior. Certas áreas da Ilha que são de interesse pessoal do governo, foram valorizadas através da ocupação incentivada. Portanto, à medida que a ilha vai sendo ocupada, cada vez mais cresce sua periferia. Os terrenos na Ilha atingiram preços proibitivos para os moradores locais pois, sendo esses de baixo poder aquisitivo, não têm condições de comprar um lote na área central.

A mercantilização acelerada dos terrenos urbanos gera os conflitos de terras, uma vez que a situação de titularização de propriedade é bastante confusa, com a existência de vários títulos de um mesmo terreno (os famosos *biliches* das áreas de fronteiras estão presentes no urbano).

A ocupação das terras no distrito aparece como a única alternativa para morar sem ter que se pagar o aluguel. Tal fato se deve à intensificação da economia regional, das novas relações de propriedade, de transformações no uso do solo e nas relações de trabalho que se instituem na cidade e no campo, provocando um afluxo maior de pessoas para as áreas urbanas, ou para a própria cidade de Belém, onde o deslocamento de um bairro a outro se dá a olhos nus, ocorrendo um contínuo processo de periferização.

Hoje, as formas de ocupação da Ilha são as mais diversas: na área central, ou seja, no principal núcleo urbano ficam algumas mansões que pertencem aos novos ricos e que só as ocupam no período de veraneio; as casas comuns de alvenaria são distribuídas nas várias localidades da Ilha, que servem apenas de dormitório para alguns; as casas populares, a tradicional casa feita de madeira, pertence aos habitantes locais, e os casebres que se localizam na periferia da Ilha, onde estão as grandes ocupações, estas com estruturas precárias de madeira, são cercadas por caixas de compensados e o plástico preto como cobertura, ainda é pouco comum.

Ressalte-se que, de um modo geral, a Ilha não possui infra-estrutura e equipamentos coletivos (saneamento básico, escolas suficientes, postos de saúde, ônibus adequados, entre outros), capazes de atender às necessidades de seus habitantes.

A cidade de Belém, como outras da Amazônia, do Brasil e do mundo capitalista, não é apenas concentração populacional (ao mesmo tempo força de trabalho e mercadoria consumida), mas também concentração dos meios de produção de mercadorias e reprodução da força do trabalho equipamentos coletivos e públicos, infra-estrutura de serviços e informações, estes últimos ainda precários em Belém; é expressão de sua super-estrutura jurídica, política, ideológica; nela circulam e se reproduzem as idéias, os valores, os símbolos, o poder, os signos da sociedade capitalista.

O espaço urbano analisado do ponto de vista da cidade, como concentração que possibilita a produção da circulação do capital, portanto, de sua reprodução, não exclui sua consideração como produto da produção social, implicando com isso um determinado *modo de vida* para a sociedade humana.

O espaço geográfico reproduz-se, hoje, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento das forças produtivas materiais da sociedade. Na produção do espaço há algo mais, um lado estratégico e político de grande importância, pois não é uma

produção qualquer; já acrescenta algo decisivo a esta, visto que é também reprodução das relações de produção.

"Ir morar no meio do mato foi a maneira que essas famílias encontraram para ter acesso à casa própria. E se resolveram enfrentar as más condições de um lugar longínquo e sem infra-estrutura urbana, foi porque também alimentavam uma crença no progresso; esperavam que, com o tempo - mesmo que fosse muito tempo - as coisas fossem melhorar" (CALDEIRA, 1980).

Bibliografia

- BAENA, A.L.M. *Província do Pará*. Belém/Pa: Editora Imprensa Oficial.
- CAMPOS FILHO, C.M. *Cidades brasileiras*. São Paulo: Nobel, 1989.
- CARLOS, Ana F. A. *A (Re)produção do Espaço Urbano*. São Paulo: USP, 1994.
- CODEM, P. *Diretores das A. Urbanas da RMB: Caratateua e Mosqueteiro*. Belém/Pa, 1989.
- CRUZ, E. *Colonização no Pará*. Belém: INPE, 1958.
- G E do PARÁ. *Rel. de 15 de agosto de 1858: 104: 117: 119: 120: 121*. Biblio. do Arquivo Púb. Belém/Pa.
- _____. *Rel. de 02 de dezembro de 1858: 310: 311/33*. Biblio. do Arq. Púb. Belém/Pa.
- IDESP. *Caract. do Sistema Urbano do Pará*. Belém/Pa, n° 1, 1976.
- JACOBS, J. *Muerte y Vida de las Grandes Ciudades*. Madri: Ed Península, 1982.
- O Diário do Pará*. Belém, 1985-1944
- O Liberal*. Belém, 1980-1995.
- A Província do Pará*. Belém, 1987-1995.
- LEFEBVRE, H. *El Derecho a la Ciudad*. 2ª ed. Barcelona/Espanha: Ed. Península, 1978.
- _____. *La Production de l'Espagne*. Paris: Éditions Anthopos, 1974.
- MARTINS, J. de S. *Subúrbio*. São Paulo/São Caetano do Sul: Hucitec/PMSCS, 1992.
- MEIRA FILHO, A. *Baixadas de Belém. Problemas Seculares*. Belém/Pa. n° 20 e 21, 1975.
- MOREIRA, E. *Belém e sua expressão geográfica*. Belém/Pa: Ed. UFPA, 1966.
- MUMFORD, L. *A cidade na história*. 3ªed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1991.
- PALMA, M. J. *Colonização e Imigração no Estado do Pará*. Belém/Pa: Ed. Imp. Oficial, 1916.
- PENTEADO, A.R. *Belém - Estudo da geografia urbana*. Col. Amazônica, UFPA, 1968. vol. I, II.
- _____. *Problemas de Colonização e uso da Terra do Estado do Pará*. Lisboa: s/e, 1969.
- P.M. de belém. *Plano Diretor das Ilhas: Caratateua e Mosqueiro*. Belém/Pa, 1993.
- SANTOS, Milton. *Metamorfose do Espaço Habitado*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1988.
- SINGER, P. "O uso do solo Urbano na Economia Capitalista" In: *BPG* n° 57. AGB/SP, 1980.